



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES
NA E.M. PROF. ODILON SANTIAGO**

LUCIENE DE ASSIS SANTOS BENTO

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES
NA E.M. PROF. ODILON SANTIAGO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Prof. Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luciene de Assis Santos Bento

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Avaliador

Prof. Anderson Ribeiro – Orientador

Prof^a. Luciene de Assis Santos Bento - cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus alunos que ao longo de minha carreira profissional proporcionaram a oportunidade da aprendizagem. Por eles busquei sempre aperfeiçoar meu trabalho, foram fontes para estudos, leituras e crescimento pessoal. Com eles, independente de idade, de nível de escolaridade descobri o sentido real das palavras repartir, compartilhar e esperar. A todos o meu sincero agradecimento e também um pedido de desculpas diante dos erros que cometi, das minhas limitações e fraquezas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir exercer minha profissão de forma digna e com responsabilidade. Aos meus pais que me ensinaram escolher sempre o caminho da retidão mesmo que os obstáculos me desviassem dele. Obrigado pelos exemplos, conselhos, afeto e amor, isso fez e faz toda a diferença. Aos meus irmãos companheiros de todas as horas, vocês são feras! E em especial minha irmã Regina, que é educadora e minha orientadora em vários momentos. Ao Elio, esposo e companheiro, meus estimados filhos Pedro e Marina obrigada pela compreensão, pelo apoio. Amo vocês do fundo de minha alma. Também não poderia deixar de agradecer ao meu professor orientador, não fosse seu incentivo e até mesmo sua insistência este trabalho não teria sido concluído. Obrigado a todos, valeu a pena, sou privilegiada porque tenho vocês em minha vida.

EPÍGRAFE

*“Eu educo hoje,
com os valores que recebi ontem,
para as pessoas que são o amanhã.
Os valores de ontem, os conheço.
Os de hoje, percebo alguns.
Dos de amanhã, não sei.
Se só uso os de hoje, não educo: complico.
Se só uso os de ontem, não educo: condiciono.
Se só uso os de amanhã, não educo.
Faço experiências às custas das crianças.
Se uso os três, sofro, mas educo.
Por isso, educar é perder sempre sem perder-se.
Educa quem for capaz de fundir ontens, hoje
e amanhã, transformando-os num presente
onde o amor e o livre arbítrio sejam as bases.”
Artur da Távola*

RESUMO

Diante da demanda crescente de alunos ingressados na Escola Municipal Prof. Odilon Santiago, e do próprio fluxo de funcionários e da comunidade local faz-se necessário à reorganização dos espaços e tempos para que os projetos possam acontecer concomitantemente às atividades pertinentes ao período letivo. A necessidade de melhorias e manutenção do bom funcionamento desses espaços deve ser um dos eixos norteadores do trabalho dos gestores da unidade escolar juntamente com os Conselhos, já que não há política financeira por parte do governo municipal que venha garantir tal possibilidade.

PALAVRAS CHAVE: Tempo Escolar, Espaço Escolar, Gestão Democrática

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	08
2	GESTÃO DE TEMPOS E ESPAÇOS.....	09
3	O ESPAÇO ESCOLAR, UMA REALIDADE LOCAL.....	13
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
	ANEXO	18

INTRODUÇÃO

Esta análise crítica pretende discutir as questões que envolvem o tempo e os espaços escolares conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professor Odilon Santiago situada na periferia de Divinópolis. Diante da demanda crescente de alunos ingressados, do fluxo de funcionários e da comunidade local que transita diariamente na escola, faz-se necessário constantemente à reorganização dos espaços dentro e fora dela como requisito a implementação do trabalho pedagógico e conseqüentemente oferecer uma educação de qualidade.

Baseado em pesquisas bibliográficas, esta análise pretende discutir a importância desses espaços como extensão das salas de aula, espaços que devem ser ambientes agradáveis e facilitadores da aprendizagem. Além dos espaços, também deve ser considerado de extrema importância à utilização do tempo, que é muito mais amplo que o tempo cronológico, mas o tempo que se gasta com a aprendizagem dos discentes e o que isso acarreta no trabalho do educador. Também se deve levar em conta como a equipe gestora pode e deve ser facilitadora para que isso ocorra da melhor forma possível, lançando mão das ferramentas da gestão democrática.

Diante da demanda crescente de alunos ingressados na escola, e do próprio fluxo de funcionários e da comunidade local faz-se necessário à reorganização dos espaços e tempos para que os projetos possam acontecer concomitantemente às atividades pertinentes ao período letivo. O desafio está em colocar em prática o que a teoria de estudiosos da educação propõe, e a velha prática docente que culturalmente já se encontra instalada na escola. Romper com o velho, instaurar o novo somente é possível quando o gestor se dispõe a realizar essa tarefa. A finalidade dessa análise crítica está em promover uma discussão sobre o cotidiano da escola, o que se entende por dia letivo, o que efetivamente é aula, quais espaços podem ser considerados próprios para o desenvolvimento pedagógicos dos educandos enquanto tempo é necessário para se estabelecer um bom trabalho.

2. GESTÃO DE TEMPO E ESPAÇOS

A educação brasileira vive as contradições sociais, frutos do processo de exploração que permeia desde o período imperial até os dias atuais, sempre sofrendo avanços e retrocessos gerados pelas relações econômicas, características dos países em desenvolvimento. Torna-se notório que ao estudarmos a história da educação no Brasil e diante da certeza de que somos seres históricos, situados em um tempo-espaço que se modifica e se transforma pela própria ação humana, se faz necessário compreender e traçar novos rumos até que a educação de qualidade seja uma realidade para todos independentes de classe social.

A realidade acima relatada faz parte de um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas públicas. Como oferecer um espaço prazeroso, confortável que favoreça a aprendizagem de nossos alunos? Como manter ou melhorar o espaço onde muitas pessoas circulam diariamente sem recursos financeiros suficientes? Como aperfeiçoar o tempo escolar, fazer com que todos que ali circulam utilizem desse tempo de forma racional? Como oferecer uma educação de qualidade para todos. São muitas indagações, muitas dúvidas e poucas respostas e certezas.

Ao longo do processo histórico que envolve o ensino-aprendizagem, organizado sob o formato escolar, a gestão dos tempos e dos espaços escolares sempre foi relevante. A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1015).

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995, p.63).

Os autores mencionados afirmam que o espaço e o tempo escolar tem valorosa importância para o processo educacional, pois, espaços e tempos

fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-se em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, devem ser compreendidas como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar.

No Brasil, a questão do uso do tempo escolar também representou e representa um fator de importância, sendo que, desde o início houvesse grandes desafios para se criar um sistema de ensino primário que atendesse as necessidades impostas pelo desenvolvimento sociocultural da época.

Num meio onde a escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora, dos alunos e levando em conta os costumes locais -, era preciso também que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados (FILHO E VIDAL, 2000, p. 25).

Na primeira década de 1900, a uniformidade da jornada escolar foi rompida, a demanda por vagas se acentuou, por isso houve a necessidade de uma abertura no horário escolar, a necessidade de funcionamento dos grupos escolares em dois turnos, houve uma grande polêmica quanto à implantação dos dois turnos. Segundo Faria Filho e Vidal,

A cultura escolar elaborada tendo como eixo articulador os grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se em referência básica para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços[...].(FILHO e VIDAL, 2000, p. 27),

Ainda, segundo os autores, os grupos escolares representaram, na época, uma nova forma de realizar a educação escolar, sobretudo naquilo que possibilitava um melhor desempenho e um maior rendimento do tempo. No entanto, dadas às particularidades de cada local, eles tiveram uma história diferenciada nos diversos estados brasileiros. Essa diferença estava relacionada à forma de

evolução e de articulação na organização dos sistemas públicos estaduais de ensino primário até o Estado Novo, quando diretrizes gerais sobre a educação no Brasil, vindas do Ministério da Educação e Saúde, assemelharam tempos, espaços escolares conteúdos e métodos.

Os tempos escolares progressivamente, também, se dilatavam, seja verticalmente (duração do curso), seja horizontalmente (na grade de horária e na permanência do aluno (a) na escola). Entretanto, apesar de experiências isoladas, as crianças ficavam na escolaprimária aproximadamente cinco horas diárias, durante cinco anos. A extensão do ensino fundamental para oito anos só se daria, de fato a partir da década de 1970, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/1971 com a extinção dos grupos escolares.

A partir daí, outras alterações foram sendo realizadas no sistema escolar, como as decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1996, porém, a questão do uso do tempo escolar ainda continua merecendo atenção na atualidade. Conforme:

Avançando em seu percurso histórico, chamam à atenção as reconstruções que a escola brasileira fez ao longo do tempo, sem muito alterar os tempos escolares. De forma geral, a escola, não apenas a brasileira, vem tendo muitas dificuldades em produzir alternativas à lógica tradicional. (PARENTE, 2006, p.5)

Considerando que o tempo escolar está intimamente ligado ao tempo que se permanece na escola, o que se quer questionar, neste trabalho, é como usufruímos desse tempo? Como são organizadas as disciplinas e conteúdos durante esse tempo? Como se gasta ou se usa o tempo na escola? Esta nos parece uma discussão importante à medida que se modificam os processos socioculturais e tecnológicos, tendo-se presente que todos os cidadãos têm necessidade de frequentar a escola, e se faz urgente promover essa frequência. Neste processo de questionamento não se pode desconsiderar, também, que o tempo escolar está permeado por valores e interesses dos diversos agentes envolvidos na sua construção histórica.

Outra reflexão sobre a educação brasileira e os processos pedagógicos de ensino-aprendizagem que nela estão inseridos, precisa ser considerada. Toda a diversidade de nossa sociedade e que esta se constrói ao longo da história em espaços e tempos próprios de nossa cultura de forma ampla, complexa e não estática. Nossa cultura esta intrinsecamente ligada a nossa história, que por sua vez, se desenvolve num espaço heterogêneo e multifacetado do território brasileiro, sendo assim, heterogêneo, diversificado e multifacetado também deveria ser espaço escolar da maioria das escolas brasileiras.

O espaço escolar é o ambiente consagrado em nossa cultura destinado ao desenvolvimento dos processos educacionais de ensino e aprendizagem, embora saibamos que a escola tenha um sentido mais amplo que contempla também ambientes não escolares. Focando nossa reflexão na importância da organização dos espaços físicos de aprendizagem existentes na escola e da dimensão humano/espacial das relações e interações dos sujeitos que a habitam. Segundo Paulo Freire: “Há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço”. (FREIRE, 1997, 49). Refletindo ainda sobre a importância do espaço e sua função social, podemos também citar a frase do geógrafo baiano Milton Santos em que diz: “A História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social.” (SANTOS, 1979, p.9).

O planejamento e a reflexão sobre o espaço educativo é fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, pois é nele onde são promovidas as interações entre os sujeitos e os objetos de conhecimento. Para tanto, o espaço escolar deve ser organizado de forma a favorecer o desenvolvimento do coletivo, propiciando aprendizagem através da socialização e troca de experiências e saberes diverso. Ao se planejar e organizar o espaço escolar é imprescindível considerar o aspecto da diversidade e heterogeneidade presente na escola que deve procurar atender as diferenças dos educandos promovendo a liberdade de expressão e de movimento, autonomia, cooperação e interação, itens indispensáveis a formação do sujeito.

A forma como os espaços estão organizados comunicam as ideias e as concepções que permeiam o pensamento de quem os idealizou projetou ou organizou, e podem libertar a alma, o pensamento para o desenvolvimento ou embotá-lo. (SILVIA PERRONE, 2011). Refletindo sobre o espaço escolar, devemos pensar e agir em prol de uma escola que seja rica em possibilidades de interações humanas e que se permita a troca de saberes e o livre expressar das ideias, concepções e visões de mundo contidas nos sujeitos que a habitam.

3. O ESPAÇO ESCOLAR, UMA REALIDADE LOCAL

A E.M. "Prof. Odilon Santiago" foi construída há 23 anos numa área de aproximadamente 1000m², num terreno doado por uma antiga moradora do bairro Casa Nova. Como a escola se encontrava próxima de área rural, não se acreditava que ela teria demanda, por isso suas salas foram construídas pequenas e com pouco conforto, sem visão de futuro. Nunca houve planejamento da administração municipal para melhorar os espaços da escola, simplesmente foram sendo construídos novos ambientes que se fizeram necessários diante do aumento de alunos.

A metodologia trabalhada na escola, a abertura para a participação da comunidade, o bom resultado nas avaliações governamentais, fez torná-la reconhecida e respeitada no município, mesmo não apresentando boa estrutura física. Constantemente há procura por vagas, sendo que atualmente 450 alunos utilizam desses espaços diariamente nas turmas do Ensino Fundamental e nas aulas dos diversos projetos oferecidos no contra turno da escola.

Diante desse fluxo de alunos, funcionários e demais comunidade, torna-se fundamental o papel da equipe gestora na conservação e na melhoria desses espaços, na busca de uma educação de qualidade. Atender os anseios da

equipe de funcionários, e da comunidade do entorno da escola, administrando tantos interesses não é tarefa fácil.

Para tanto, é necessário um esforço coletivo de todos os agentes participativos da escola na tentativa de compreender a multidimensionalidade e diversidade do espaço escolar que é, sobretudo, humano, abrigando suas inúmeras capacidades, como o pensar, criar, sentir e agir modificando e transformando o seu entorno. É nessa perspectiva que devemos idealizar e trabalhar não para uma escola estática e burocrática e sim para uma escola complexa humana e transformadora, ou seja, uma “escola viva”. Daí a importância dos Conselhos Escolares para ajudar a redimensionar e revitalizar os espaços escolares e não escolares.

Manter ou melhorar os espaços físicos da escola é algo que absorve muito do tempo e do trabalho do gestor. Essas construções muitas vezes são antigas, mal planejadas, sem previsão de futuro. Vão sofrendo reformas e ampliações e mesmo assim mantém aspectos de “escolinhas”. Faltam entradas de tomadas elétricas, janelas que favoreçam a ventilação, aproveitamento da claridade solar, captação de água da chuva, acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e outras tantas falhas que poderiam ser descritas.

Porém, o trabalho mais difícil para o gestor, é ajudar sua equipe de professores a perceberem que usar outros espaços que não os de sala de aula também podem ser muito eficientes. É cultural para os professores usar a sala de aula, carteiras enfileiradas, alunos atentos e ouvintes como forma de garantir a aprendizagem. Torna-se fundamental quebrar esses paradigmas. A aula pode acontecer em quaisquer espaços desde que ofereçam condições mínimas para aprendizagem. Uma aula de leitura não precisa acontecer apenas na biblioteca, ela pode acontecer à sombra de árvores num dia ensolarado. A aula de geometria pode acontecer em qualquer lugar da escola, no pátio ou na quadra.

O papel do gestor é fundamental para modificar essa cultura estabelecida. Sair da sala com os alunos provoca alvoroço, barulho. Mas também provoca reconhecimento de novos espaços, ampliação do campo visual, melhoria de relações interpessoais. Como consequência fundamental, promove uma aprendizagem mais real e interessante ao educando. O gestor em seu papel de líder é capaz de provocar essas mudanças. Ao mesmo tempo como articulador, deve cobrar das autoridades a responsabilidade na manutenção desses espaços, exigindo verbas para os reparos, reformas e ampliações. Também deve articular o Conselho Escolar na solução de problemas da rede física, é possível promover eventos que angarie recursos próprios e conseqüentemente realizar esses reparos em tempo mais hábil. A melhoria desses espaços é responsabilidade de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa caminhada, não tão longa, mas muita significativa no que diz respeito a um avanço em conhecimentos essenciais para se compreender a prática escolar. Num espaço e tempo escolar real e numa perspectiva de possíveis mudanças com vistas a se efetivar uma nova prática, resultante de estudos e reflexões a partir de alguns referenciais teóricos comprometidos com uma educação que contemple a escola como espaços sociais, de lutas, de conflitos e de transformações, pretenderam, ao retornar a escola, poder provocar um sentido diferente.

Revelar à escola, mais diretamente aos professores e equipe pedagógica, que está chegando alguém diferente, com olhar e ações diferentes, cujo objetivo não é o de apenas se manter diferente, mas contaminar a todos como se tivesse em suas mãos um instrumento mágico, leve, de efeitos tão surpreendentes que todos almejarão ser tocados por ele. Caso queiram nominar o tal instrumento, podem chamá-lo de conhecimento.

E mais, caso queiram saber o que significa esse conhecimento, podemos dizer que é a mágica que não se esgota, pois há sempre muito mais a conhecer. É o que nos desvela o mundo e suas maravilhas, é o que nos tira do marasmo e nos faz descobrir que há muito mais no mundo do que julgamos sempre; é o que nos torna mais capazes, menos presunçosos e mais humildes. Como educadora tenho a dizer que é por meio do conhecimento que nos tornamos mais capazes de nos compreender e assim compreender as pessoas, nossos alunos, nossos colegas e o espaço e o tempo de cada um numa dimensão humana e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

DIVINÓPOLIS, Projeto Político Pedagógico EM Prof. Odilon Santiago. Divinópolis/MG. 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 014, p. 19-34, mai./ago., 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. SP, 1997, p.49.

LIMA FREITAS, Silvia Perrone de. Escola Viva Blogspot.com. br/2011.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis; Vozes, 1979.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. A formação do educador: diálogos entre as instituições formais e não formais. Revista de Ciências da Educação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2006, p.5.

VIÑAO FRAGO, Antônio. História da Educação e História Cultural. Revista Brasileira de Educação, SP, nº 0, p.63-82, 1995.

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM**

**EDUARDO CHRISTIAN PAULINO DE SOUZA
LUCIENE DE ASSIS SANTOS BENTO
PATRICIA CARLA PEREIRA
VIVIANE APARECIDA DE AMORIM**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3. CURRÍCULO	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	21
5. PROCESSOS DE DECISÃO	25
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	27
7. AVALIAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

O direito a uma educação básica de qualidade para todos, através de uma gestão democrática, é referendado pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205. A construção de um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva e democrática em que todos os atores possam dar sua contribuição se torna necessário. Através desse importante documento que as unidades escolares definem sua linha de trabalho e estipulam as metas, sempre pautadas em objetivos construídos coletivamente por toda a comunidade escolar.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2004, p.1)

A universalização da educação brasileira ocorrida na década de 90, garante, através principalmente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o acesso, a permanência e uma educação de qualidade. Para que todos tenham educação de qualidade, se faz necessário que a escola tenha primeiramente uma gestão democrática. Uma das ações essenciais é uma elaboração de um projeto político pedagógico com a participação de todos, pois assim “o projeto pedagógico ganhará em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos.” (CURY, 2006 p. 10).

A Escola Municipal Paulino Bento Ferreira de Amorim, está localizada no município de Divinópolis, no interior do Estado de Minas Gerais. Na cidade de Divinópolis vivem atualmente aproximadamente duzentos e vinte mil habitantes, sua economia está basicamente estruturada na indústria confeccionista e metalurgia/siderurgia e na área de serviços assim como no comércio por ser a cidade polo da região centro-oeste do Estado segundo dados oficiais e governamentais.

A Escola Municipal Paulino Bento Ferreira de Amorim atende alunos desde os anos iniciais aos finais do ensino fundamental. Atualmente está com aproximadamente seiscentos alunos em dois turnos. A escola atende há vinte bairros da periferia da cidade, e alguns alunos pertencem a zona rural do município, a maioria dos alunos têm acesso à escola através do transporte escolar oferecido pelo município e a população atendida é de uma classe social baixa, e uma parte dessa população ainda não tem acesso a alguns direitos sociais essenciais.

Sendo um ponto de referência para a comunidade, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim chama para si o desafio de levar crianças, adolescentes e jovens à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, de apoiá-los na superação de barreiras pessoais e para uma formação profissional. Como atendemos uma clientela formada por famílias muitas vezes numerosas, desestruturadas, carentes e com pouca ou nenhuma escolaridade e também alunos sob a responsabilidade e guarda de Instituições de proteção à criança/adolescente. Geralmente os responsáveis por estas famílias precisam se ausentar com frequência por ser necessário trabalhar pelo sustento, deixando seus filhos sozinhos em casa ou com algum familiar.

A parceria família/escola contribui para a melhoria das ações. O trabalho coletivo juntamente com práticas educacionais de qualidade e a boa vontade de todos os atores envolvidos nesses processos fazem a diferença. Um trabalho preocupado com a formação global dos alunos, tornando-os participativos de uma sociedade mais justa se faz necessário. De acordo com Azevedo, essas “práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si” (AZEVEDO, s.d, p.2). A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim procura trabalhar seus alunos para terem uma formação voltada para a vida em sociedade. Desta forma, busca uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira e que garante aprendizagens essenciais para a formação

de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Para a construção do PPP a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim mobilizou todos os segmentos da comunidade escolar, porém nota-se que o envolvimento das famílias, dos alunos e da comunidade do entorno não foi totalmente efetiva, uma vez que as famílias nem sempre colocam a educação de seus filhos como sendo prioritária. O processo de construção do PPP se deu em encontros dentro da própria unidade escolar onde todos os presentes davam suas opiniões, sugestões e ideias.

1.FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim tem como finalidade atender aos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Seu Projeto Político Pedagógico está baseado na construção de valores fundamentais à justiça social, direitos e deveres, respeito e o bem comum, bem como à ordem democrática, pois:

A educação articula-se as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultura e política de uma dada sociedade. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p. 6)

A Escola existe para atender à sociedade e a integração das famílias nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. Está garantido através da Constituição Federal em seu Artigo 205 assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9394/96) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90). Pois a Educação é um direito social fundamental a todo cidadão. Buscar o reconhecimento como sendo uma referência educacional, assegurando assim um crescimento de todos.

O reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p.14)

Dessa maneira desenvolvendo valores que promovam e desenvolvam o processo ensino aprendizagem e, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de habilidades, competências e compartilhamento de informações. Contribui para a formação de cidadãos capazes de superar obstáculos, contribuindo criticamente e criativamente na transformação da sociedade, garantindo uma educação de qualidade e o “desenvolvimento integral do ser humano, na medida em que a educação proporciona conhecimentos e habilidades para uma vida produtiva no contexto e na construção de uma sociedade democrática, intercultural e cidadã.” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p.29).

A formação de cidadãos críticos, capazes de refletir sobre a realidade em que vivem e a busca de alternativas para uma sociedade mais igualitária e justa dando “importância de elementos extracurriculares na formação das identidades dos alunos” (MOREIRA, 2010 p.41), são panoramas para os novos tempos de uma sociedade globalizada que se transforma aceleradamente, com conhecimentos e tecnologias, e que por outro lado a cada dia amplia suas desigualdades sociais, taxas de desemprego e miséria. Portanto, a qualidade dessa formação deve ser a responsável pelo enfrentamento desses novos desafios dessa sociedade contemporânea, visto que “essa exige um conjunto de conhecimentos e habilidades capazes de possibilitar a todos o acesso a forma de ser e de comunicar como um participante do mundo.” (CURY, 2010 p. 9).

Sabemos que é por intermédio da educação que se obtém qualificações na busca de condições de uma vida mais digna, humana e cidadã. Pois é através dela que se promove inclusão social. Ampliar a qualidade dessa instrução, ou seja, ampliar o atendimento a um número maior de pessoas a partir de medidas simples se torna necessário. Se desafios são fixados, estes nos estimulam a produzir novos olhares e abrir novas janelas que nos ajudam a tornar mais claro o horizonte ofuscado por um longo período de inércia diante de tal discussão.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo por base Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) que denominam a organização propriamente dita como:

Organizar significa dispor de forma ordenada, dar uma estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la. Assim a organização escolar refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais etc.) e coordenar e avaliar o trabalho de pessoas, tendo em vista a consecução de objetivos. (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p.316)

Diante disso, é urgente entender que, a escola sendo uma organização, é de suma relevância a interação entre as pessoas que nela se atuam, uma vez que um dos objetivos é a formação humana, portanto um espaço que reúne pessoas que se interagem de forma desejada. Daí a necessidade da escola levar em consideração todos os ambientes, pois são neles que acontecem as relações e interações entre as pessoas.

O envolvendo e o planejamento das ações, a sua execução, a administração, as qualificações práticas, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar nos aspectos físicos e materiais são instrumentos que buscam efetivar os objetivos da escola. Ou seja, como toda instituição a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim busca resultados, o que exige uma atividade lógica, estruturada e coordenada, pautadas na organização do trabalho e no esforço coletivo de todos os atores que atuam na unidade escolar.

Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo. (LIBANÊO, 2001 p. 7)

Baseado no Artigo 205 da Constituição Federal, que assegura que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” e nos princípios da igualdade, acesso, permanência e qualidade a educação brasileira (BRASIL, 1988, art. 206) também está embasada numa educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegura também a gratuidade

para aqueles que não tiveram acesso em idade certa através de programas e projetos dando assim, direito à uma educação básica de qualidade (BRASIL, 1988, art. 208). Nesse sentido a:

Qualidade da Educação implica o mapeamento dos diversos elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis no processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p. 29).

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim está organizada de acordo com a legislação vigente da Secretaria Municipal de Educação do município de Divinópolis/MG, que estabelece um setor técnico administrativo, serviços de limpeza, zeladoria e vigilância, multimeios (biblioteca e laboratório de informática), direção administrativa, direção pedagógica, vice diretor, professores, alunos, Conselho Escolar e o setor pedagógico.

O setor técnico administrativo assegura o atendimento e as funções da escola. A secretaria é a responsável pelo atendimento ao público, pela escrituração, documentação de funcionários e alunos bem como suas correspondências. A zeladoria cuida da limpeza, manutenção e conservação de todo prédio escolar bem como na elaboração e execução da merenda escolar. O serviço de multimeios são os responsáveis pela biblioteca e pelo laboratório de informática colaborando com os profissionais da escola bem como com seus alunos.

O Conselho Escolar é composto por vinte e quatro componentes, sendo doze titulares e doze suplentes, o seu presidente será escolhido entre os membros titulares e suas atribuições são consultivas, deliberativas e fiscais em questões determinadas em legislações municipais, estaduais e federais ou no Regimento Escolar. A equipe gestora organiza, coordena e gerencia todas as atividades da escola, sempre auxiliado pelos demais componentes dos setores técnicos, administrativos e pedagógicos. “O corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. “(LIBANÊO, 2001, p. 6).

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim possui doze salas de aula, uma biblioteca, que hoje não atende ao público escolar, pois seu acervo está desatualizado, não possui computadores ligados à rede mundial para pesquisas *on line*, um laboratório de informática ligado à rede mundial de computadores mas que raríssimas vezes é utilizado pelos alunos e pelos professores. Uma sala de serviço de orientação e supervisão escolar, uma sala de secretaria, uma sala de direção, banheiros femininos e masculinos, cantina e um anfiteatro que também serve como refeitório. Uma sala de atendimento educacional especializado – AEE para atendimento de alunos. Uma sala para professores que também é utilizada para reuniões.

A escola ainda apresenta dificuldades de acessibilidade para portadores de deficiência físicas, pois os mesmos não têm como se locomover para algumas dependências da escola. Os espaços físicos hoje existentes atendem a clientela mas não colaboram para uma melhora da qualidade do ensino pois sabemos que:

Ambientes planejados, acolhedores, humanizadores e integrados às necessidades da comunidade escolar tem sido destacado pelos agentes escolares e pela comunidade como valores agregados importantes. Esses segmentos entendem que a qualidade do ambiente escolar e suas instalações, considerando a lógica de organização e gestão dos sistemas e as especificidades culturais e formativas das diversas etapas de escolarização, são necessárias e fundamentais para a realização do trabalho pedagógico e de gestão de trabalho escolar, de modo a realizar a apreensão significativa dos saberes científicos produzidos historicamente e propiciar uma educação de qualidade. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 21 e 22)

Para o financiamento do funcionamento da unidade escolar, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim recebe recursos financeiros oriundos dos cofres públicos municipais e federais. Os cofres públicos municipais repassam três parcelas anuais para o Caixa Escolar, para que este administre e cuide do funcionamento da escola. Essa receita pode ser gasta com matérias de consumo dentre eles limpeza, esportivo, expediente, gás, telefone e manutenção e pequenos reparos da escola. Os cofres públicos federais repassam recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), verba recebida a anualmente e pode ser gasta em matérias de consumo e materiais permanentes. Todos os recursos recebidos são proporcionais ao

número de alunos da unidade escolar. A Escola através de promoções realizadas pela mesma conta com recursos próprios para o financiamento de algumas despesas.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O calendário escolar da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim é elaborado pela equipe gestora, profissionais da unidade escolar e o Conselho Escolar como sendo um órgão consultivo e deliberativo aprova o mesmo. A escola tem uma comissão de acompanhamento do calendário escolar que é constituída por 4 membros: o diretor administrativo, um funcionário da escola, um pai e um aluno maior de 16 anos. Comissão essa formada no início de cada ano letivo, ficando responsável pelo acompanhamento e cumprimento das atividades previstas no calendário escolar e por toda e qualquer modificação que porventura venha ocorrer durante o ano. O calendário escolar está como anexo 1 nesse PPP.

Todos somos eternos aprendizes, não só na maneira de proceder democraticamente, mas estamos sempre dispendo de novas aprendizagens, já que pertencemos a um mundo em constantes mudanças. A escola, nesse aspecto, deve ser um espaço reflexivo, criativo, participativo e de aprendizagem onde todos os envolvidos nessa construção estejam articulados com práticas principalmente em salas de aula que valorizem também a participação dos alunos. Pois a sala de aula é um espaço de aprendizagem, não só de habilidades e competências relacionadas aos objetivos conceituais, mas que todos aprendam a conviver, a serem solidários e exerçam a democracia em atitudes que estimulem a promovam a formação humana. Não esquecendo das constantes mudanças de uma sociedade globalizada, nesse sentido se faz necessário reforçar que:

A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem. A sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também o espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. (CURY, 2010, p.10).

E Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim oferece o Ensino Fundamental com duração de nove anos sendo estruturado em cinco anos iniciais e quatro anos nos anos finais. Os cinco anos iniciais são organizados em dois ciclos, ciclos de alfabetização (1º ao 3º ano) com alunos iniciando aos seis anos de idade, e o ciclo complementar (4º e 5º ano) com alunos iniciando com nove anos de idade. Os quatro anos finais do Ensino Fundamental são organizados em anos de escolaridade, com crianças a partir de onze anos de idade. O seu calendário é composto de duzentos dias letivos, com quatro horas e dez minutos diários de aulas perfazendo um total anual de oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos, conforme estabelece a Lei 9394/96 no seu Artigo 34 “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996, art. 34).

Atualmente a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim possui em seu quadro de funcionários doze professores para atuar com alunos dos anos iniciais, sendo seis professores efetivos e seis professores contratados pela Secretaria Municipal de Educação. Os anos finais também estão distribuídos em doze salas de aula, nessa etapa a sua organização está em grupos de professores (Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Sociais e Linguística) cada área ministra cinco aulas semanais e a carga horária do aluno ainda é composta de matérias especializadas (Educação Física, Inglês e Ensino Religioso). Cada grupo de professores tem seu planejamento coletivo, planejamento este como foco especial no aluno e nas práticas pedagógicas, servindo para o professor:

Reconhecer se houve adequação em termos de suas opções metodológicas, bem como evidenciar em que medidas as relações pedagógicas estabelecidas contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem. (SOUZA, 2010, p.6)

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos para uma média de duzentos e setenta alunos, sendo três turmas de 1º ano com 63 alunos, duas turmas de 2º ano com 49 alunos, duas turmas de 3º ano com 47 alunos, duas turmas de 4º ano com 37 alunos e três turmas de 5º ano com 69 alunos. Os anos finais está organizado com três turmas de 6º ano com 81 alunos, três turmas de 7º ano com 76 alunos, quatro turmas de 8º ano com 105 alunos e

duas turmas de 9º ano com 63 alunos, atendo assim uma média de trezentos e trinta alunos. Por ser uma escola que atende vários bairros periféricos, bem como alunos de zona rural, há uma grande rotatividade de alunos, não permitindo ao professor desenvolver um trabalho de efetivo resultado, assim nossa necessidade para alcançarmos resultados e índices mínimos exigidos pelo sistema educacional só será sanado com uma parceria escola/família.

Para ajudar no processo de recuperação dos alunos, buscando incentiva-los e direcioná-los de forma mais individualizada, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim conta com o apoio de quatro professores eventuais, professores estes que nem sempre podem desenvolver essa atividade de auxiliar alunos e professores, pois na maioria das vezes estes estão dentro das salas de aula substituindo professores faltosos ou afastados decorrentes de licenças médicas. A escola também tem uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende em torno de vinte e cinco alunos, a professora dessa sala é a responsável pela articulação com os professores da sala de aula, disponibilizando serviços e recursos bem como desenvolvendo atividades para a participação e a aprendizagem desses alunos nas atividades escolares. Esse profissional juntamente com a direção pedagógica e administrativa também orienta as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo assim a autonomia e participação de todos no processo ensino aprendizagem.

Por atender um número expressivo de bairros e da zona rural do município de Divinópolis/MG a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim convive com uma clientela formada por famílias, na maioria das vezes numerosas, desestruturadas, carentes e com pouca ou nenhuma escolaridade, alunos sob a responsabilidade e guarda das instituições de proteção à criança e ao adolescente. Os responsáveis por estas famílias em sua grande maioria precisam se ausentar com frequência por ser necessário trabalhar pelo sustento, deixando seus filhos sozinhos em casa ou com um parente próximo. Nesse sentido se faz necessário a parceria família/escola para a contribuição

da melhoria de nossas ações, devido a essas especificidades a escola procura trabalhar a formação global dos alunos uma vez que:

O ato educativo escolar se dá em um contexto de posição e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a autoestima dos alunos. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 13)

Para auxiliar nessa formação global dos alunos, a escola em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, oferta aos seus alunos o Projeto Fazendo Arte com oficinas no contra turno. Atualmente são quatro oficinas: Viola Caipira e Flauta para alunos que estudam no turno vespertino e oficinas de Hip Hop e Percussão para alunos do turno matutino. Atendendo assim uma média de noventa alunos destacando assim “a importância de elementos extraescolares na formação das identidades dos alunos” (MOREIRA, 2010 p. 41). Em parceria com a Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI) a escola disponibiliza seu espaço físico para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para alunos dos cursos de Pedagogia e Educação Física realizarem sob a supervisão de professores da escola esse trabalho.

A escola, às vezes, defronta com alguns problemas disciplinares, pois alguns de seus funcionários ainda mantem uma ideia de criança e adolescente pautada numa concepção tradicional. Querendo assim resolver problemas atuais com as soluções passadas. Devemos compreender que crianças e adolescentes apresentam hoje novas maneiras de pensar e perceber a realidade onde estão inseridos. Portanto, a escola trabalha com atitudes que possibilitam o desenvolvimento nos alunos de atitudes, de opiniões, iniciativas e interesses pela realidade, reconhecendo suas responsabilidades e o seu compromisso em suas ações. Uma vez que a educação tem o papel de “promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de inclusão e de resgate social.” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p.14).

Acreditamos que discussões sobre educação, cultura, sociedade, escola, tempos e espaços, crianças e adolescentes, aprendizagens, saberes, acesso, permanência e qualidade da educação entre outros precisam estar presentes em pesquisas sobre o ensino fundamental. A escola, para garantir às crianças e aos adolescentes que o espaço escolar também seja um espaço de contribuição na sua formação bem como na formação de seus funcionários e professores, tanto numa formação acadêmica como na formação continuada uma vez que:

A melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de uma sociedade educadora, onde a escola cumpre a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantido condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social. (DOURADO; OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 14).

3. CURRÍCULO

O Plano Curricular reflete a concepção de educando e de sociedade que se quer chegar, a forma de organização do trabalho na Unidade Escolar, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho. O currículo é elaborado de forma coletiva pelos profissionais da Unidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar, nos termos da legislação vigente. O Plano Curricular encontra-se em anexo ao final do PPP.

O emprego do termo currículo tem uma história bastante recente na escola. De acordo com o senso comum ressalta-se a elaboração de atividades pertinentes à listagem de conteúdos prescritos para o bimestre, semestre, ano ou período letivo. As questões escolares sempre foram expressas com base na ótica dos programas curriculares, do trabalho escolar e raras vezes sob a amplitude da perspectiva curricular que traz intrínseca uma ideia mais abrangente sobre o que, como, quando, por que e para que ensinar. São condições que expressam a identidade da escola, seus valores, visão e missão. Nas escolas de um modo geral, o currículo ainda aparece travestido de significados diversos, o que contribui para que seja objeto de contemplação à distância.

Veiga afirma que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Já Sacristán (2000) define currículo e expressa sua opinião em cinco itens:

[...] ponte entre sociedade e escola... plano educativo... composto por diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.... expressão formal e material desse projeto que deve apresentar... seus conteúdos suas orientações e suas sequências para abordá-lo [...] (SACRISTÁN, 2000, p. 14 e 15)

Etimologicamente, currículo é definido como um percurso a ser seguido. Segundo Goodson (2005 p. 31) currículo é uma palavra de origem latina – *Scurrere* - que se refere a corrida, a curso ou carro de corrida. O termo latino curriculum significa movimento progressivo ou carreira e é adotado para indicar

uma unidade de estudos a ser seguido e concluído. “O currículo não só constrói, ele faz. É preciso reconhecer que as questões de exclusão e inclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade.” (Goodson, 2005, p.10)

A prática educativa tem mostrado as tentativas de se articular problemas sociais e currículo escolar com o objetivo de “contextualizar” os problemas. Na atualidade poderíamos exemplificar com a Aids, a violência, as manifestações, atentados, sexualidade, enfim temas antes relacionados aos Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Não raras vezes é delegada à escola a responsabilidade pelos acontecimentos, acusando-a de usar estratégias ultrapassadas e sugerindo que se renove, modifique, atualize-se. A medida que o currículo expressa interesses de um contexto e um tempo, também constrói identidades que pensam e agem de acordo com as características sociais, econômicas e culturais desse tempo. O currículo se constrói a partir das interferências de diferentes épocas, porém, não pode deixar de legitimar e salientar o conhecimento socialmente elaborado.

Há uma grande diferença entre o currículo pessoal e o escolar pois, o escolar forma o pessoal e este não se constitui sem o escolar. Currículo é, pois, uma construção social, refletindo contextos históricos selecionado e transmitido pelas escolas em conformidade com seus interesses. Ainda que atualmente o contexto curricular esteja caracterizado pelo neoliberalismo, onde quase tudo é declarado, os valores cada vez mais explícitos e tudo é questionável, pode parecer insignificante a preocupação com o que está oculto no currículo escolar, mas muitas interpretações serão possíveis, à medida que for feito esforço para considerarmos essa possibilidade. O objetivo é fazer com que a prática docente se torne mais consciente, para que os sujeitos sejam capazes de efetuar uma leitura do mundo mais crítica e que não se tornem alienados.

Sendo assim, não se pode aceitar o currículo como veículo de transmissão do conhecimento, o currículo é um terreno em que se produz cultura e então as diferenças culturais não poderão mais ser ignoradas. É necessário considerar a possibilidade do olhar diferenciado e de que currículo – percurso ou curso –

não pode se definir como trajeto único. Segundo Goodson (2005) a questão da produção de um currículo escolar é resultado das reproduções e invenções sociais, isto é, na prática a expressão das ideologias que se quer perpetuar na história da educação, contestar e resistir a ideologia dominante ou fortalecê-la.

No século XX o currículo baseava-se na trilogia: pedagogia, currículo e avaliação citada por Goodson (2005) como aquela que caracterizou a epistemologia dominante da escolarização da época. É necessário pensar nas relações de poder e de articulação social que interferem no currículo e vice versa. Considerando que a escola deve proporcionar aos alunos um universo de informações, embasamento teórico/prático e exercício da cidadania. Mas infelizmente o conhecimento sugerido pelos currículos prescreve a distinção de valores, de gênero, de classes, impondo, mesmo que disfarçadamente a educação para a submissão de alguns e para a emancipação e empoderamento de outros.

Considerando a década de 90 e a educação brasileira, as reflexões e interferências éticas, políticas e de poder ocorrem no currículo a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Eles fomentaram a discussão, reflexão e questionamentos da validade ou não do planejamento didático, da necessidade de conhecimentos novos, atualizados e de interação ao meio e até os seguintes questionamentos: a quem serve o currículo? E a quem interessa que assim seja? Sendo assim definir currículo torna-se uma questão subjetiva, porque depende de visão de mundo, história de vida e até das experiências de quem faz parte. Em se tratando do país significa observar as políticas públicas da educação e suas mantenedoras (públicas ou privadas).

A reflexão sobre o currículo está instalada nas escolas. Em vários formatos e tempos diversificados, as indagações sobre o currículo aparecem nos planejamentos, em dias de estudo ou oportunidades criadas pela Secretaria de Educação. No momento, o que está em discussão é a elaboração de um documento que seja um referencial curricular que oriente e possibilite a definição de conteúdo e conhecimentos em conformidade com o que

estabelece o artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394 de 20 de Dezembro de 1996:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Antônio Flávio Moreira, em seu texto, O Campo do Currículo no Brasil apresenta elementos para reflexão e afirma: “o conhecimento escolar é característica da escola democrática que reconhece a multiculturalidade e a diversidade como constitutivos do processo ensino-aprendizagem”. Trabalhar com base na ação reflexiva, com vistas a uma formação reflexiva, significa trabalhar a responsabilidade, as certezas. Significa incentivar a capacidade de exercer funções centralizando o conhecimento intelectual e não apenas o conhecimento prático priorizando a criação de um currículo, acima de tudo humano.

Na escola Paulino Bento Pereira de Amorim o currículo, o currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento formal e social bem como propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive. Para alcançar este objetivo o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educandos, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho.

Na elaboração do currículo do Ensino Fundamental temos como norteadores de nossas ações pedagógicas os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, bem como, do conhecimento formal socialmente elaborado e exigido por lei, os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas.

O eixo pedagógico da Escola Paulino Bento Pereira de Amorim se constitui como centro de formação do coletivo, pois a formação básica dos alunos está voltada para a cidadania e a participação na sociedade além de aquisição do

conhecimento formal. Propiciamos aos alunos uma estrutura que estimula o trabalho individual, de dupla e em grupo, de maneira que o educando se organize e estabeleça regras de convivência. Baseamos o eixo pedagógico na teoria do conhecimento respeitando a bagagem cultural trazida pelo aluno.

Através da realização de alguns projetos como: Festa dos Aniversariantes, Momentos Culturais, Festa Junina, Gincana esportiva e cultural, Aniversário da escola, Jogos da Paz, Mostra Cultural do Projeto Literário Minha cidade Lê e comemorações da semana da criança, dia da família além das assembleias de pais e mobilização social pela educação, buscamos contextualizar o conhecimento e fazer uma inter-relação entre conteúdos trabalhados, projetos e a realidade dos alunos. Estas são atividades que visam a socialização entre alunos, pais e comunidade escolar, envolve e desenvolve espírito de liderança, criatividade além de desenvolver valores éticos e morais.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim atende alunos em todos os anos do ensino fundamental da educação básica. As turmas dos 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, juntamente com o 6º ano funcionam no turno vespertino entre as 13h e 17h30min com intervalo diário de 20 minutos para recreio. Os 5º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental funcionam no turno matutino entre as 7h e 11h30min com intervalo diário de 20 minutos para o recreio. Para os anos finais do Ensino Fundamental são ministradas cinco aulas diárias de cinquenta minutos cada uma.

A escola oferece o Projeto Fazendo Arte em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura ofertando, oficinas e Hip Hop, Percussão, Viola Caipira e Flauta para os alunos no contra turno uma vez por semana no horário das 7h30min às 9h30min para alunos que estudam no turno vespertino, e das 15h às 17h para alunos que estudam no turno matutino pois “toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar” (CAVALIERE, 2007. p. 1021). No entanto, a escola busca desenvolver atividades com estes alunos que visam propiciar além do crescimento cognitivo seu fortalecimento pessoal como cidadão crítico e consciente do meio em que vive.

Portanto, a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar. Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar. Um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças pequenas, é inerente à vida escolar. Na tradição brasileira, esse papel sempre foi coadjuvante à ação familiar. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022)

A escola adota o regime de ciclos para organização das turmas do Ensino Fundamental. Mesmo o município de Divinópolis ter o seu próprio Sistema Municipal de Educação, algumas normas ainda seguem orientações da Secretaria Estadual de Educação – SEEMG, como é o caso da organização de turmas. Estabelecendo assim um Ciclo de Alfabetização com os alunos do 1º ao 3º ano. Um Ciclo Intermediário com alunos do 4º e 5º anos, em que apenas alunos do 3º e 5º podem ser retidos nos anos de escolaridade, e os anos finais

do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), para o aluno ser retido, deverá ter uma média global inferior a sessenta por cento (60%) nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, os conteúdos de Língua Inglesa, Educação Física e Ensino Religioso adotam como avaliação conceitos A, B ou C.

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que simplesmente liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais. Eles são mais que uma modernização conservadora. (FREITAS, 2004. p. 11)

Os processos educativos exercidos na escola priorizam a ampliação concreta dos espaços escolares para que os alunos possam experimentar diferentes lugares onde o conhecimento se processa. As aulas de Educação Física são realizadas na quadra comunitária do bairro, pois a escola não possui quadra de esportes. Os professores também usam as ruas para realizar atividades de caminhada, corrida e exercícios aeróbicos. As turmas são estimuladas a participar de excursões por diferentes pontos turísticos da cidade ou até mesmo outras cidades para visualização *in loco* dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Alguns professores usam os diferentes espaços da escola como pátio, biblioteca e laboratório de informática para oferecer ao aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo em diferentes espaços da escola, com metodologias diferenciadas e atrativas.

A organização do tempo para os estudantes atende às determinações legais e instruções da legislação nacional estabelecidas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/99), cumprindo uma carga horária mínima para todas as turmas. Para o corpo docente a carga horária de trabalho semanal é definida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Divinópolis/MG, que regulamenta e possibilita a ampliação da carga horária para os professores em casos específicos.

O planejamento das atividades pedagógicas é realizado em reuniões semanais com o grupo de professores das turmas, os professores das aulas especializadas também fazem seu planejamento em grupo. Nestes encontros os professores discutem sob a coordenação da administração pedagógica da escola, formada pelo diretor administrativo, diretora pedagógica, vice diretora e pelas especialistas, temas de importância da escola e planejam atividades a serem desenvolvidas, principalmente àquelas de cunho interdisciplinar.

As famílias reúnem-se ordinariamente uma vez por trimestre com a equipe pedagógica e com professores, para a discussão dos resultados da aprendizagem dos alunos. Pais e responsáveis pelos alunos são convidados ao conhecer os projetos desenvolvidos, as atividades realizadas e a avaliação obtida durante o período. Nestes encontros os professores promovem atendimento individual com os pais dos alunos registrando os avanços e/ou retrocessos obtidos por seus filhos durante o percurso escolar. É um importante momento para ouvir, refletir e discutir as sugestões e os anseios da comunidade em relação à escola. A escola ainda promove encontros esporádicos com pais de alunos das turmas que necessitam de uma maior atenção, quer seja pelo desempenho nas atividades escolares ou pela indisciplina em sala de aula.

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim acolhe crianças e adolescentes na sua grande maioria das camadas populares, e a grande maioria desses, vêm na escola como uma das poucas instituições que vai proporcionar a oportunidade de acesso à escolarização. Essa clientela em geral é formada de bairros periféricos, quase não tem ou com pouco acesso ao manuseio de livros, jornais, computadores ou outros recursos pedagógicos, esses fatores externos interferem no processo pedagógico, pois variáveis externas como as citadas “continua sendo um fator amplamente fora de controle para as políticas públicas e para a escola sujeito a regras de mercado que ampliam cada vez mais o fosso entre as classes sociais” (FREITAS, 2004. p.2).

Por receber matrícula de alunos a todo instante, há uma rotatividade muito grande durante o ano letivo, pois, são alunos que chegam e saem durante o período letivo, não permitindo aos professores desenvolver um trabalho de efetivo resultado, mesmo assim a escola atinge bons índices nas avaliações externas e seu índice do IDEB está dentro do programado bem como nas avaliações do PROALFA que é aplicado pela SEEMG.

Sempre que recebe um novo aluno, principalmente aqueles com defasagens idade/ano de escolaridade, a equipe pedagógica da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim aplica um diagnóstico inicial para avaliar seu nível de aprendizagem, examinando e investigando quais são as suas dificuldades e possibilidades, visando programar as ações educativas necessárias para um posicionamento numa turma de mesmo nível de conhecimento oferecendo assim uma maior oportunidade de aprendizagem. A escola possui em seu quadro de professores eventuais por turno de trabalho, esse profissional, na falta de professores regentes, substitui os mesmos e quando não está em substituição atende no apoio pedagógico aos alunos com defasagens educacionais com horários pré-estabelecidos pela equipe pedagógica da escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas. Todas as tomadas de decisão e planejamento são baseadas na legislação escolar em vigor e nas diretrizes pedagógicas e administrativas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.

O conceito está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante a um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais significativos. Gestão é uma expressão que ganhou destaque no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigmas no caminho das questões desta área, ou seja, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento do seu trabalho. (GONÇALVES; CARMO, 2001, p. 27)

Visando compartilhar e democratizar as decisões administrativas, pedagógicas e financeiras, fazem parte desses processos na escola:

- Conselho Escolar: é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos; não sendo remunerados seu dirigente nem seus conselheiros. O conselho tem por finalidade efetivar a gestão escolar promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade e os setores da escola, constituindo-se no órgão máximo da direção escolar. A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visam ao interesse maior dos alunos inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, para assegurar o cumprimento da função da escola que é oferecer educação de qualidade. Portanto, faz parte do compromisso do conselho: respeitar a legislação em vigor, a democratização da gestão escolar, as oportunidades de acesso, permanência e qualidade de ensino na escola pública de todos que a ela tem direito.

- Caixa Escolar: regido por estatuto próprio, acompanha e fiscaliza a administração e a aplicação de verbas e recursos financeiros da Escola. As reuniões acontecem mensalmente, para apreciação dos balancetes e movimentação dos recursos financeiros, com o quê e como a verba será gasta, quais as prioridades da escola.

- Comissão do Calendário Escolar: É constituído pelo diretor, pais, funcionários que participam da elaboração e aprovação das alterações do calendário, quando necessário, juntamente com a aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

A escola está sempre aberta para as famílias. Os assuntos gerais normalmente são tratados através de reuniões. Assuntos individuais são tratados e decididos com entrevistas particulares com o grupo de professores, serviço de supervisão e equipe gestora, sempre que possível com uma programação prévia entre ambos, conforme solicitação ou necessidade. Após discutir os problemas todos os envolvidos no processo estabelecem o que será melhor e a unidade escolar executa a decisão tomada.

Criar internamente uma cultura colaborativa é pré-requisito para formar redes com o lado exterior da escola. Enquanto equipe escolar, precisamos ter uma visão de futuro compartilhada, para conseguirmos definir uma proposta pedagógica comum. Os processos de tomada de decisão se baseiam primeiramente nas legislações vigentes, e sempre acreditando que a interação, escola e comunidade, só acontecerá se for criada oportunidades da família participar do processo de desenvolvimento de seu filho, sentindo-se também responsável pelo seu sucesso.

A participação das famílias e o envolvimento nas decisões e soluções de problemas do dia-a-dia da unidade escolar, nos permite visualizar que a solução dos problemas não depende exclusivamente das iniciativas

governamentais. Sempre que possível e necessário a unidade escolar busca apoio em outros profissionais para realização de palestras e conversar com toda a comunidade escolar com o objetivo de solucionar problemas embasados em diversas vivências e literaturas.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Confiante no seu trabalho, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim propõe um trabalho coletivo em que professores, comunidade e todos os responsáveis pela escola se integrem para buscar objetivos comuns, tornando-a um lugar de democracia. Para que aluno e professor, com igualdade de condições possam usufruir e conquistar o espaço que lhe foi dado por direito. Escola onde possa atuar, criar, fazer crescer sonhos, transformá-los em ideias e exprimi-las em forma de vivência e de trabalho. Paulo Freire já nos levava a essa reflexão em 1991 quando nos dizia:

A Escola Pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propões a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber pelas experiências no mundo. (FREIRE, 1991, p.81).

Para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça, é necessário um ambiente favorável, e a escola conta com a colaboração de todos os funcionários para que as normas estabelecidas sejam cumpridas e respeitadas. Acredita-se que o respeito as regras é comprometer-se com a Educação, para a aquisição de valores, visando o desenvolvimento da pessoa humana. Essas regras são construídas pelos alunos e pelos professores no início do ano letivo. São confeccionados cartazes, e estes são afixados em lugares visíveis nas salas de aula. Fazem parte do código de convivência: a pontualidade, a assiduidade, o uso de uniforme, o compromisso, a responsabilidade com as atividades pedagógicas de classe e extraclasse, o uso responsável do patrimônio da escola, e principalmente do respeito entre todos. “O que se busca é a formação plena do homem, capaz de participar eficiente na sociedade e produção nas relações de trabalho”. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p. 19).

Ao corpo docente, fica ainda, a responsabilidade de verificar a frequência e comunicar a direção os casos faltosos ou de evasão, ministrar boas aulas, solicitar ajuda da equipe pedagógica nos casos de alunos com baixo rendimento, zelar pelo patrimônio, atender pais e responsáveis com presteza e respeito, sempre que necessário, em atendimentos individuais ou coletivos, reuniões, ou quando umas das partes solicitar.

Este é o caminho da autogestão da escola no Brasil. Acredito que esta seja uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas penso que a escola terá sentido tanto para alunos, como para pais, professores, diretores etc., se todos eles experimentarem o autogoverno. Provavelmente ter-se-á uma prática onde todos os atores da unidade escolar estarão aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola. (JAPECANGA, s.d. p. 9)

A educação envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. Desta forma, é importante traçar políticas de atuação onde equipe gestora, equipe pedagógica, professores, pais e ou responsáveis, trabalhem de forma integrada, tendo como meta a efetiva melhoria nas condições de atendimento aos alunos. A realização de encontros entre os envolvidos, afim de conceber estratégias educacionais que concretizem um desenvolvimento de caráter globalizado nos educandos se mostra e faz necessário. Tanto a família como a escola desempenham uma função essencial nos processos de formação do aluno, e portando devem comungar dos mesmos princípios, e visar o mesmo objetivo: tornar seus filhos e alunos felizes, saudáveis e sábios.

7. AVALIAÇÃO

“A avaliação tem como objetivo identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos” (SOUZA, 2005, p.13). Desta forma, os avanços e as necessidades de retomar os conteúdos trabalhados são constantes. Segundo, Souza:

[...] se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (SOUZA, 2005, p. 25)

Os níveis de conhecimento dos alunos não são medidos apenas através da avaliação educacional, mesmo porque não é possível detectar toda a competência e legitimidade. Este procedimento ressalta uma avaliação negativa tanto do aluno quanto da instituição, uma vez que envolve todas as atividades desenvolvidas e propostas pela instituição.

Uma boa avaliação é planejada considerando fatores externos e internos da instituição, inclusive da cultura regional, pois o indivíduo carrega consigo uma bagagem cultural e social do meio à qual pertence. Diante disto faz-se necessário cuidado com o modo em que estes resultados são apresentados aos nossos alunos, pais e demais membros da comunidade escolar, pois, o meio em que estão inseridos exerce grande influência. O processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, somente alguns dos conhecimentos adquiridos (NAVARRO, 2004).

Já a avaliação institucional deve ser feita constantemente pelo coletivo, envolvendo todos os seguimentos da comunidade escolar, pois somente assim todos se sentirão sujeitos modificadores do meio [...] pois a avaliação procura dar uma base mais sólida para que os problemas sejam resolvidos [...] (SOUZA, 2005). Quando a escola tem comprometimento a tomada de decisão é feita em conjunto.

O planejamento se faz importante para o estreitamento dos laços entre a prática do cotidiano escolar e as teorias que podem ser buscadas como

subsídio na materialização do Projeto Político Pedagógico. “O alcance relativo do planejamento, no âmbito do sistema educacional sobre as escolas, se verifica na medida em que as mudanças propostas se confrontam com as práticas já consolidadas.” (SILVA, 2005).

Os resultados escolares são apresentados a cada período de forma clara e transparente para toda a comunidade escolar, assim como também é ofertado ao educando uma nova oportunidade quando não há resultados satisfatórios do mesmo. Portanto as ações são redirecionadas assim como as estratégias para obtenção de melhores resultados e a conquista da autonomia. Pois, o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico se faz no cotidiano escolar através do resultado da avaliação individual, coletiva e institucional para obtenção de um ensino de qualidade.

As dificuldades enfrentadas pelo educando são usadas como mecanismo de avaliação da instituição, incluindo professores e gestores. Não sendo um instrumento de promoção e ou punição. No final de cada período, o resultado poderá ser positivo quando identificado que o educando atingiu os objetivos propostos. Em situações contrárias um plano de intervenção pedagógica é oportunizando ao educando para identificar a situação atual e o caminho a seguir na busca da educação de qualidade “[...] a escola que busca qualidade precisa desenvolver o ser social em todas as suas dimensões: econômico, no cultural; no político [...]” (NAVARRO, 2004).

Quando as dificuldades não foram sanadas de um ano para outro, e tendo em vista que todas as oportunidades e estratégias para a construção do conhecimento foram oferecidas a este, o Decreto Municipal de Nº 10.965/2012 em seus artigos abaixo estabelece que:

Artigo 19 - A decisão quanto à retenção do educando no ano de escolaridade em que se encontra, caberá ao grupo de educadores que o acompanham e implicará na elaboração de um plano de intervenção pedagógica, incluindo atividades a serem oferecidas ao educando pela escola e/ou fora da escola, visando a superação das dificuldades apresentadas no decorrer dos processos avaliativos.

Parágrafo único. Será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo

sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Art. 20. O quarto e o quinto anos do ensino fundamental devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, visando ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

As avaliações são importantes, pois mediante seus resultados é possível estabelecer projetos de melhoria da qualidade da educação. Os tipos diversos de avaliação permitem identificar defasagens diferentes em estágios da construção do conhecimento para redirecionamento do trabalho pedagógico. “As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam, como variam as intenções que se têm com o seu uso” (SOUZA, 2005). O sucesso do aluno está atrelado a identidade da escola, portanto Souza ressalta,

[...] o objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos[...] [...] com essas informações decorrentes da avaliação da aprendizagem, temos também informações sobre o ensino, uma vez que, na escola, a aprendizagem está sempre conjugada ao ensino” (SOUZA, 2005)

O decreto 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis, determina:

Artigo 16. A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educandos e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e evolução dos mesmos.

A organização e a implementação das atividades pedagógicas adequadas e consistentes, para melhor atender a demanda da escola e do sistema municipal se dá nos incisos:

§ 2º- Os processos avaliativos nos Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos aos educandos, conceitos:

- a) 1º período: fevereiro, março e abril;
- b) 2º período: maio, junho, julho e agosto;
- c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro.

§ 3º - Os processos avaliativos no Terceiro Ciclo do ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos, aos educandos, 100 pontos, divididos da seguinte forma:

- a) 1º período: fevereiro, março e abril - 30 pontos;
- b) 2º período: maio, junho, julho e agosto - 35 pontos;
- c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro - 35 pontos.

§ 4º - A distribuição de pontos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 16 não incluirá os componentes curriculares Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Língua Estrangeira Moderna, aos quais serão atribuídos conceitos.

§ 5º - Será considerada como parâmetro para a progressão simples, a média ponderada mínima de 60% (sessenta por cento), a ser obtida pelo educando nos três períodos avaliativos anuais.

§ 6º - A unidade de ensino, com o apoio da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, criará estratégias diferenciadas para apresentação dos resultados das avaliações para os educandos e seus familiares. Estas estratégias descreverão as potencialidades, os avanços, as possibilidades e as dificuldades percebidas a partir dos processos avaliativos e os procedimentos adotados para superação das dificuldades demonstradas pelos educandos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

Na avaliação, o resultado deve ser visto como forma de construção do conhecimento e instrumento para detectar e acompanhar as necessidades e retomar os conteúdos trabalhados. É preciso conscientizar as crianças e adolescentes que este é um processo importante que estará presente em alguns momentos de sua vida. Avaliar de forma processual, ao longo do cumprimento das atividades, permite o acompanhamento da construção do conhecimento, a identificação dos problemas e dificuldades e a possibilidade de corrigi-los antes de avançar. Antes de mais nada, é necessário que o professor tenha clareza de seus objetivos, é importante ter os registros do que se passa no dia-a-dia da sala de aula pois sem isso as informações podem se perder.

A nota é um parâmetro decorrente de um processo, é preciso também diversificar os instrumentos avaliativos e torná-los mais significativos, de forma a ser o registro do percurso feito pelo estudante para que se torne um parâmetro de reflexão para o aluno e sua família.

Ao final de cada ano letivo, devemos juntos realizarmos uma avaliação da Unidade Escolar e do PPP como um todo, para um redirecionamento de nossas ações para o próximo ano. Refletir e pensar novos atos e projetos desenvolvidos durante o ano. Estudar indicadores e compreendê-los melhor para tentar melhorar o nosso desempenho e aproveitamentos em avaliações internas e externas. Esses indicadores deverão ser considerados no

planejamento didático da unidade escolar. Medir o nível de compromisso de todos os atores envolvidos, discutindo as perspectivas pedagógicas, rever currículo e o tempo escolar do aluno, possibilitando e delineando a coletividade dos profissionais da escola juntamente com os alunos, possibilitando assim uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para um crescimento coletivo da Unidade Escolar é necessário que todos os atores envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem deem sua colaboração participando na elaboração de documentos como a Proposta Pedagógica. Pois como professores, funcionários e gestores lutam, sonham e desejam pela melhoria na qualidade do ensino público ofertado, pais, alunos e comunidade do entorno esperam uma evolução da Unidade Escolar no dia a dia. Portanto é primordial que esses segmentos tenham abertura e sintam-se estimulados a participarem do contexto escolar, e à Unidade Escolar cabe encontrar uma fórmula para que todos se sintam envolvidos nessas ações. Sabe-se que não existe uma receita pronta, pois cada Unidade Escolar tem suas particularidades e desafios, mas não menos estimulantes. Abrir a Unidade Escolar para a comunidade, é torná-la uma aliada importantíssima na luta pela construção de uma educação de qualidade:

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor e ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. (BARRETO, 2004 p.3)

Diante das situações analisadas, é evidente a pequena participação de todos os segmentos envolvidos, principalmente dos pais, alunos e comunidade do entorno na construção da Proposta Pedagógica da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim. Embora, o documento esteja bem fundamentado, na sua grande maioria demonstra ser pouco efetivo, pois o processo de construção foi conduzido de forma equivocada, portanto não se pode esperar que os resultados sejam como o esperado. Faz-se necessário a Unidade Escolar repensar a forma no conduzir esse processo de elaboração coletiva da sua Proposta Pedagógica, envolvendo todos os segmentos e conferindo a cada um uma responsabilidade na conquista de um sucesso coletivo. Pois numa gestão democrática, colegiada e transformadora da realidade só será efetivada através de uma responsabilidade compartilhada.

O corpo docente, funcionários e direção da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim, procuram na sua prática pedagógica, trabalhar numa nova perspectiva da educação. Buscam um trabalho de equipe, cooperativo, democrático onde há interação de todos os profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo. Avaliando constantemente o trabalho e estabelecendo prioridades e valores, buscando sonar as dificuldades e atender às necessidades da escola como um todo. Mas “a escola não pode continuar tocando um samba de uma nota só, como se o único saber legítimo fosse aquele que ela recita monotonamente para os alunos copiarem e... se esquecerem em seguida” (BARRETO, 2004 p. 4) pois ela precisa estar ligada intimamente à sua comunidade, ao mundo exterior, para que o aluno possa viver a sua realidade tornando assim uma educação eficaz, significativa e acima de tudo interessante. Para que tudo isso se concretize o primeiro passo é buscar a participação quase na sua totalidade da comunidade para a construção de um dos pilares da instituição que é a sua Proposta Pedagógica.

Devemos juntos garantir a autonomia à escola para tornar as decisões que forem necessárias para realizar a finalidade maior da educação: “promover o pleno desenvolvimento do educando”. (BRASIL, 1996, art.2º).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8,069/90, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394/96, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 14 julho 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

DIVINÓPOLIS. **Decreto Municipal 10.965**. Divinópolis: Diário Oficial, 2012.

DIVINÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim. Divinópolis, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasil. MEC/INEP, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 10 jul. 2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 19 jul. 2014.

GOODSON, Ivo F. **Currículo**: Teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas Curriculares alternativas: limites e avanços.** 2010. Disponível em moodle3mec.gov.br/UFMG. Acesso em 15/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22 jul. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** S.d.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Ed 3 Porto Alegre Artmed, 2000.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 14ª edição Papyrus, 2002. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 17 jul. 2014.

ANEXO 2

PLANO CURRICULAR - 2014 ENSINO FUNDAMENTAL																		
ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM Endereço: Rua Carla Santos Souza, nº 61 - B: Aparecida Município: Divinópolis/MG - Telefone (37) 3333 - 4444																		
Dias Letivos Anuais: 200 Módulo Aula: 50 minutos				Semanas Letivas Anuais: 40 Dias Semanais: 05				Carga Horária Anual: 833 h e 20 min. Merenda/Recreio: 20 min. Duração do Turno: 4 h. 30 min.										
Carimbo da Escola																		
Áreas de Conhecimento	1º Ciclo						2º Ciclo			3º Ciclo								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	6º Ano		7º Ano		8º Ano				
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA				
Base Comum/ Parte Diversificada	Linguagens	Língua Portuguesa	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	4	133:20 h	4	133:20 h	4	133:20 h		
		Educação Física	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h		
		Arte	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h		
		Literatura	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	-	---	-	---	-	---		
		LEM- Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	
	Matemática	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	
	Ciências da Natureza	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	
	Ciências Humanas	Geografia	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	2	66:40 h	2	66:40 h
		História	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	2	66:40 h	2	66:40 h	3	100:00 h
	Ensino Religioso	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	
	Total	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h			

Observações:

- 1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Estadual nº 12787/1988)
- 2 - A Educação Ambiental permeará todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Federal nº 9795/1999).
- 3 - A Educação Fiscal permeará todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Municipal nº 8629/2007).
- 4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada a História e Geografia - (Lei Federal nº 11645/2008).
- 5- Direito das Crianças e Adolescentes permearão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 11.525/2007).

Legenda:

AS - Aulas Semanais
CHA - Carga Horária Anual

Divinópolis, 30 de dezembro de 2013.

DIRETOR (A) ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR